

Anexo II Checklist: Entidades privadas sem fins lucrativos

ITEM	DOCUMENTOS
1	Ofício, solicitando o Apoio ao Órgão Financiador, encaminhando a documentação. (Expor motivo, finalidade, valor e o objeto a ser alcançado).
2	Cédula de identidade e CPF do responsável pela entidade proponente.
3	Comprovante de endereço do responsável pela entidade proponente, com no máximo 90 dias da data do vencimento.
4	Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral – CNPJ da entidade proponente.
5	Comprovante de Inscrição Municipal (FIC-Pessoa Jurídica) da entidade proponente.
6	Comprovante de endereço da entidade proponente, com no máximo 90 dias da data do vencimento.
7	Declaração de Adimplência - inexistência de dívidas junto a órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual e Municipal bem como bancos públicos e privados.
8	Declaração, da autoridade máxima da entidade, informando que nenhum dos dirigentes da instituição é agente público, membro do Ministério Público, dirigente de entidades/órgão da ADM. Pública direta ou indireta de qualquer esfera governamental.
9	Plano de Trabalho (2 vias), de acordo com a Instrução Normativa - TCE/TO nº 004/2004, de 14 de abril de 2004 (informar e-mail para contato).
10	Estatuto e suas alterações (ou consolidado) da entidade proponente.
11	Ata de eleição/posse da diretoria em exercício.
12	Relação Nominal atualizada dos dirigentes da entidade contendo: Endereço, Carteira de Identidade e CPF. (caso não haja esta relação na Ata dos Dirigentes).
13	Cópia do ato declaratório da sua condição de entidade de utilidade pública, emitida pela Câmara de Vereadores ou Assembleia Legislativa (quando for o caso).
14	Certidão Negativa de Débito Trabalhista (Site do TST).
15	Certidão Negativa Conjunta de Débitos de Tributos e Contribuições Federais emitida pela Previdência e Secretaria da Receita Federal – SRF.
16	Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS (pode ser obtida no site www.caixa.gov.br).
17	Certidão Negativa de Débito fornecida pela Secretaria da Receita Estadual (pode ser obtida no site www.sefaz.to.gov.br).
18	Certidão Negativa de Débitos Tributários fornecida pela Secretaria de Finanças Municipal (pode ser obtida no site www.palmas.to.gov.br).
19	Certidão de Falência, Recuperação Judicial e/ou Recuperação Extrajudicial (pode ser obtida no site www.tjto.jus.br).
20	Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e/ou inelegibilidade do responsável e da Instituição (pode ser obtida no site do Conselho Nacional de Justiça: http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)